



A ÉTICA DA INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: DESENHO DE UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA LUSO-BRASILEIRA

ETHICS OF INFORMATION IN THE DIGITAL AGE: DESIGN OF AN EDUCATIONAL EXPERIENCE IN SCIENTIFIC COOPERATION FRAMEWORK LUSO-BRAZILIAN

Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva¹ e Francisco Carlos Paletta²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre os resultados de projeto de pesquisa conduzido no Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação – CNPq, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo em colaboração com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O trabalho apresenta reflexões sobre dimensões éticas que acompanha a atual era digital com vista a ministrar nos cursos de graduação de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, e Ciência da Informação, uma disciplina que condense essas reflexões e problemática, desenvolvendo competências para uma ação ética na atividade profissional.

Palavras-chave: Informação. Ética. Era Digital. Ciência da Informação. Cooperação Científica. Experiência Pedagógica.

Abstract: *This work aims to presents partial results on the research project conducted at the Observatory of the Labour Market in Information and Documentation, CNPq - School of Communications and Arts of the University of São Paulo in collaboration with the Faculty of Arts of the University of Porto. The subject of the article is a reflection on some ethical dimensions accompanying the current digital age as well as to support the development of the Information Ethic syllabus to be offered at Librarianship, Archival, and Information Science courses.*

Keywords: *Information. Ethic. Digital Age. Information Science. Scientific Cooperation. Educational Experience.*

¹ Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, e do Centro de Estudos em Tecnologias e Ciências da Comunicação, Portugal

² Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Acumula experiência profissional e acadêmica de mais de 28 anos em tecnologia da informação, gestão da inovação e inteligência estratégica.



1 INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a aplicação da Ética com relação ao impacto que vem sendo causado em todos os planos pela “revolução informacional” do pós-II Guerra Mundial. O interesse que ocupa a “Ética da Informação” na agenda de pesquisa dos principais Autores carece de especificidade e até autonomia: estamos perante uma “nova” Ética? Ou uma aplicação da “Ética mínima”?

De acordo com Stock e Stock (2015), o ponto fixo em Ciência da Informação é a própria Informação, o conteúdo informacional estruturado que expressa conhecimento. Segundo Buckland (1991), “informação” apresenta três aspectos de significado, todos os objetos da Ciência da Informação:

- informação como processo (um informe / é informado)
- informação como conhecimento (informação transporta conhecimento)
- informação como uma “coisa” (documento)

Este projeto de pesquisa, em colaboração internacional entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP e a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP, tem por objetivo apresentar reflexões sobre as relações interdisciplinares entre a Informação e a Ética na era digital. O projeto é conduzido pelo Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação – CNPq – ECA_USP em colaboração científica com o núcleo de Ciência da Informação do Departamento de Ciências da Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Como resultado prático e parcial deste estudo planejou a criação de Disciplina “Ética da Informação” na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo em colaboração internacional com núcleo de Ciência da Informação do Departamento de Ciências da Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

2 O QUE É A ÉTICA?

Uma vasta bibliografia sobre o tema impede, naturalmente, a pretensão de uma explicação exaustiva e até de uma síntese bastante completa. Por isso, à pergunta formulada em título pretende-se uma resposta reduzida, mas suficiente, para que fique bem vincada a idéia de que há uma Ética geral com aplicações em diversos domínios e segmentos da realidade humana e social.

Em auxílio dessa resposta inevitável, há o recurso seletivo a alguns autores e obras oportunas. E vale a pena começar pelo início, ou seja, a Ética é o “Ramo da Filosofia que trata de questões sobre como devemos viver e, portanto sobre a natureza do certo e do errado, bem e mal, dever, obrigação e outros conceitos” (O Livro da Filosofia: 2011: 341), Jim Hankinson, por sua vez, misturando humor e reflexão séria pontuou que “Um dos grandes

prazeres da vida dos filósofos é poderem dizer a toda a gente (e não apenas às crianças e aos cães) o que devem fazer. A isto chama-se ética” (Jim Hankinson, 1996, p.40). Mas o aprofundamento indispensável do conceito guia-nos até ao imprescindível verbete da Enciclopédia Einaudi, extenso e denso e onde é possível retirar uma explanação longa. Mas fiquemo-nos pelo mais marcante tendo em conta o objetivo desta comunicação:

A ética como a lógica e a metafísica é um ramo da Filosofia intimamente ligada à religião e ao direito, ela ocupa-se das normas que regem ou devem reger as relações de cada indivíduo com os outros e dos valores que cada indivíduo deve realizar no seu comportamento. Ao contrário das normas legais, as da ética não são, no entanto impostas por uma repressão manifesta ou oculta, não são sustentadas por um poder, mas quando muito por uma autoridade, que não pode deixar de fazer apelo para um sentimento de responsabilidade em face de algo que está para além do individual: um deus, a sociedade ou a humanidade considerada como um todo (Leszek Kolakowski, 1996, p.339).

E guia-nos, também, às raízes etimológicas das palavras ética e moral. *Ethos* tem origens na Grécia antiga e significa valores, ética, hábitos e harmonia. Agregava, assim, todos os hábitos e ações voltadas para o bem comum de certa comunidade. E esta palavra grega assumia, ainda, o sentido, para os gregos antigos, de “morada do homem”, isto é, a natureza: “Uma vez processada mediante a atividade humana sob a forma de cultura, faz com que a regularidade própria dos fenômenos naturais seja transposta para a dimensão dos costumes de uma determinada sociedade” (Ethos. In Wikipédia. url: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ethos>). A palavra Moral deriva do latim *mores*, "relativo aos costumes". Ela se originou a partir do intento dos romanos traduzirem a palavra grega *êthica*, não a traduzindo, porém, de forma completa, porquanto *ethica* possuía, para os gregos, dois sentidos complementares: o primeiro derivava de *ethos* e significava, numa palavra, a interioridade do ato humano, ou seja, aquilo que gera uma ação genuinamente humana e que brota a partir de dentro do sujeito moral (*êthos* aponta para o âmago do agir, para a intenção); o segundo reportava-se aos hábitos, costumes, usos e regras, o que se materializa na assimilação social dos valores (Moral. In Wikipédia, url: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Moral>).

Temos, assim, que Ética e Moral são termos e conceitos indissociáveis, mas com uma relação semântica variável: há quem considere que Moral é mais abrangente que Ética, figurando na expressão “Ciências Morais”, filiadas nas “Ciências do Espírito” e em oposição ao mundo físico; outros, em linha com o registro etimológico, entendem que a dimensão reflexiva e problematizadora cabem à Ética, enquanto a Moral cinge-se à conduta prática e normativa. A aplicação da Ética a contextos sócio-culturais e profissionais reveste-se, neste segundo sentido, de uma forte tonalidade moral.

Chegados mais dentro do tópico da aplicação da Ética, através da ênfase na dimensão moral, importa lembrar, aqui, o sentido da deontologia (do grego *δέον*, translit. *deon* “dever, obrigação” + *λόγος*, *logos* “ciência”). Na filosofia moral contemporânea representa uma das teorias normativas, segundo a qual as escolhas são moralmente necessárias, proibidas ou permitidas e, neste sentido, filia-se no grupo das teorias morais que orientam nossas escolhas sobre o que deve ser feito. O termo foi introduzido, em 1834, por Jeremy Bentham, para referir-se ao ramo da ética que se ocupa dos fundamentos do dever e as normas morais. É conhecida, também, sob o nome de “teoria do dever” (Deontologia. In Wikipédia. url: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Deontologia>). Código deontológico tornou-se uma expressão

usada para significar explicitamente normas adotadas e praticadas por um grupo profissional (deveres de um grupo).

Dentro da Ética, como ramo da Filosofia, há várias concepções ou correntes:

validade dos juízos morais e tradição mitológico-religiosa – a ética judaico-cristã e a autoridade de Deus;

solução dos utilitaristas ou consequencialistas: “as ações que aumentam a felicidade são justas, e o fim geral, de que dependem todas as nossas avaliações, é a máxima felicidade do maior número” (Leszek Kolakowski, 1996, p.307);

o monismo moral – “código que implica a existência de um único valor autotélico (valor em si), a que todos os outros devem estar subordinados como meios, e que pretende que todos os problemas morais específicos possam ser resolvidos de maneira não ambígua fazendo referencia a este valor onibrangente (Deus, a salvação pessoal, a santidade pessoal, a felicidade, a igualdade, a liberdade e outras mais)” (Leszek Kolakowski, 1996, p.310);

dificuldades do kantismo – “Existe apenas uma motivação moralmente boa, ou seja, a vontade de agir de acordo com o dever como exprime num princípio geral. Por conseguinte, um ato só é moralmente louvável se praticado por sentimento do dever e não, por exemplo, por inclinação ou por piedade. Se acontece que o meu dever coincida com a minha disposição espontânea, o meu ato é moralmente vazio: o dever só deve ser cumprido porque é dever, e não por outras razões. (...) Esta posição rigorista parece insustentável, sobretudo pela sua insensibilidade à vida moral como elemento constitutivo de realidades sociais” (Leszek Kolakowski, 1996, p.314);

exigência de gradação – “a tese segundo a qual a conduta humana, para ser moralmente louvável, deve ser boa tanto nos atos como nas motivações, e uns e outros devem ser avaliados separadamente. (...) A necessidade de distinguir entre o que é perfeito e o que é razoavelmente bom, entre males maiores e males menores, parece óbvia; e, contudo, é ignorada pelo ensinamento moral estritamente rigorista” (Leszek Kolakowski, 1996, p.318-319);

relativismo moral – “Por isso, quem afirmar não ver nenhuma razão por que se haveria de aceitar algo como “dever”, por que se haveria de fazer uso da distinção entre bem e mal, e proclame não ter absolutamente nenhuma obrigação de fazer algo para além do que lhe possa ser vantajoso ou satisfaça o seu capricho ou a fantasia, tal pessoa não pode ser levada pela persuasão a uma posição diferente, com base em argumentações cuja validade ela [não] aceite” (Leszek Kolakowski, 1996, p.325).

Com Jim Hankinson pode-se ensaiar um apanhado do leque de “sensibilidades” acumuladas, percebendo, afinal, duas grandes tendências: os “deontológicos” têm dificuldade em definir o que são os deveres e os direitos concomitantes e daí a deriva para o debate subjectivismo-objetivismo; e os subjetivistas aproximam-se, inevitavelmente, do

relativismo cultural: “Um relativista cultural sustenta que nenhuma sociedade tem o direito de dizer o que está bem ou mal em qualquer outra sociedade” (Jim Hankinson, 1996: 42).

Sendo este o quadro geral, qual o posicionamento que devemos seguir?

É chegado o momento de convocar, rapidamente, a eticista espanhola Adela Cortina, convocada, aliás, por esta pertinente colocação de Leszek Kolakowski:

Por isso o principal problema moral dos nossos tempos consiste nisto: como é possível, apesar de todas as ambiguidades da vida moral, chegar a um entendimento em torno de um código mínimo de direitos fundamentais da pessoa humana, de uma lista mínima de interditos que não possam ser invalidados por considerações ideológicas, por fins nobres, pela razão de Estado, por um decreto, ou, no que a este se refere, pelo voto da maioria” (Leszek Kolakowski, 1996, p.325-326).

Adela Cortina (Valencia, 1947), catedrática de Ética da Universidade de Valencia e Diretora da Fundação ÉTNOR, Ética de los Negocios y de las Organizaciones é autora entre vários livros: *Ética mínima: introdução à filosofia prática* [São Paulo: Martins Fontes, 2009]. A “*Ética Mínima*” tem por tarefa urgente:

construir, a partir de nossas tradições, de nossos condicionamentos políticos e econômicos, de nossa práxis e reflexão, as linhas de uma moral para a cidade secular. E seria triste que rechaássemos com Nietzsche a moral do camelo (a moral do eu devo), renunciássemos temerosos à moral do leão (a moral do eu quero), recusássemos a brincadeira das crianças por misteriosa e estética (a moral do eu sou), para acabar encarnando a moral do camaleão (a moral do eu me adapto) (Adelia Cortina: 2009: 17).

Uma Ética para quatro atuais e grandes desafios: as disputas aceras “entre liberais e comunitários” que tendem a perder intensidade e a resvalar para certo hibridismo; o fortalecimento das éticas aplicadas e sua envolvente implantação na vida social e filosófica – setores como o dos médicos e enfermeiros, empresários, jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação, biólogos, farmacêuticos, engenheiros e arquitetos, foram trabalhando com “eticistas” os princípios éticos de suas profissões, na busca de valores fundamentais e na elaboração de códigos e comitês éticos; a multiculturalidade com particular ênfase nas sociedades liberais defensoras da igual cidadania de todos – como respeitar a identidade cultural de “minorias” e como articular eventuais “éticas particulares” com a Ética geral; e a globalização: “A comunicação possível entre todos os lugares da Terra pode servir para criar, finalmente, as redes sonhadas, desde o mundo estóico, de uma cidadania cosmopolita, ou pode ser instrumentalizada a serviço de interesses grupais, deixando na sarjeta os abandonados, não tanto da sorte, mas homens com nome e sobrenome” (Adelia Cortina, 2009: 25).

3 ÉTICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – DIÁLOGO ESSENCIAL

Há condições para uma Ética da Informação, com suficiente autonomia epistemológica que lhe permita investigar na Era e conjuntura atuais os impactos e desafios da revolução informacional, desencadeada a partir de meados do séc. XX?

Desenvolvendo um pouco mais a questão, importa saber se a Ética da Informação consiste essencialmente numa aplicação da Ética aos problemas levantados pelo “Ciberespaço” (Pierre Levy), pelo “Espaço de Fluxos” (Manuel Castells) ou pela “Infoesfera” (Luciano Floridi) ou converter-se em uma instância de indagação mais vasta e robusta?

A segunda possibilidade tem sido desde o final da década de oitenta do século passado, sustentada pelo filósofo e cientista da informação Rafael Capurro (Montevideo, 1945), que se tornou uma referencia incontornável e presença destacada no I Simpósio Internacional sobre Ética da Informação, João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2010. Justifica-se, por isso, que se preste a devida atenção à proposta que subscreve e que pode ser caracterizada através de alguns traços marcantes, que se acham patentes no texto *Desafios teóricos y prácticos de la Ética intercultural de la Información* (In Simpósio de Ética da Informação (1 2010: João Pessoa). *Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações*. Org. Gustavo Freire. João Pessoa: Ideia, 2010. cd-rom. P. 11-51).

As TICs têm hoje um impacto extenso e forte nos mais diversos sectores da nossa vida e assim sendo a Ética da Informação nasceu, mas com um viés intercultural, ou seja, marcada pelo respeito por um pluralismo ético justificado pelo peso dos contextos culturais específicos. E, neste sentido, a preocupação de dialogar com Autores que ora reforçam, ora contornam essa linha - Charles Ess, Luciano Floridi, Philip Brey e Ken Himma.

Capurro entende por EII (Ética Intercultural da Informação) a relação entre normas morais universalizáveis ou universalizadas e tradições morais locais. Um exemplo de moral universal é a Declaração Universal dos Direitos do Homem e em cada cultura particular há formulações éticas específicas. Para ele a reflexão ética é um diálogo constante entre as morais universais e as locais, no entanto é possível detectar diferenças de posicionamento entre Capurro e Adela Cortina, uma vez que esta não enfatiza a dimensão intercultural da Ética, reconhecendo-a nas suas exatas proporções, e procura recativar através de Appel um kantismo capaz de manter vivo na Ética o imperativo do dever, certamente mínimo, mas suficiente. Capurro enumera como desafios práticos postos à EII os seguintes: “a privacidade como tema intercultural”; “a Ética global da informação na UNESCO”; “a EII em América do Sul e Caraíbe”: “Mística”, “Santo Domingo y Redes Latino americanas de EI” e “EII en Brasil.

Desafios que ele aborda de forma investigativa a partir da EII, que aparece, assim, como disciplina antropológica e sociológica capaz de sondar e esclarecer os diferentes contextos ético-morais. É, aliás, curioso observar que Rafael Capurro não convoca o contributo investigativo para o enfrentamento destes desafios a Ciência da Informação, sendo um epistemólogo desta disciplina científica!

Estranha-se que a Ciência da Informação não seja convocada e o estranhamento reside no entendimento que temos da Ética da Informação – aplicação da Ética mínima aos problemas e aos desafios que a Era Digital está a colocar de forma crescente e cada vez mais complexa. Este entendimento leva-nos a distinguir planos: há um para a Ética da Informação e há outro para a Ciência da Informação.

No entanto, é preciso reconhecer a dificuldade de consenso epistemológico em torno da designada Ciência da Informação. Abreviando explicações, pode dizer-se que há duas grandes perspectivas, neste campo recente e marcado, desde a origem, pela força do desempenho profissional, baseado em conhecimentos filológicos, literários e históricos

(diplomatísticos, paleográficos e codicológicos) e em procedimentos técnico-normativos, de que as Normas de catalogação e todo o normativo subsequente é o expoente cabal. Por um lado e em decorrência dessa origem eminentemente prática, foi-se formando e consolidando uma visão fragmentária e, quando muito, tendencialmente cumulativa em que na Modernidade surgiram disciplinas ou ciências como a Bibliotecologia/Biblioteconomia, a Arquivologia/Arquivística, a Museologia, a Documentação e a Ciência da Informação, cada uma com justificação profissional e identidade paradigmática, a ponto de se manterem autônomas embora capazes de cooperarem umas com as outras. E, por outro, a evolutiva que se conjuga com a proposta de dois paradigmas para a área – o custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista e o pós-custodial, informacional e científico (Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro. *Documentation/Information and their Paradigms: Characterization and importance in Research, Education and Professional Practice. Knowledge Organization: International Journal*. ISSN 0943-7444. Vol. 39 (2012) 2, p.111-124) – que implica a evidência de um processo evolutivo: várias das disciplinas mencionadas, apesar de serem autonomizadas por imperativo corporativo ou profissional de seus praticantes, partilham objeto e procedimentos metodológicos comuns que conduzem à inevitabilidade de uma fusão numa disciplina nova, mais abrangente e com maior robustez científica que as anteriores – a Ciência da Informação.

Na Universidade do Porto é claramente seguida a segunda perspectiva exposta com implicações diretas, nomeadamente no tópico em foco. Quando se defende e pratica uma Ciência da Informação trans e interdisciplinar, com método claro (o Método Quadripolar) e uma agenda de investigação sustentada em três áreas (ou parcelas de objeto de estudo) – a produção ou fluxo informacional, a organização e representação da informação e o comportamento informacional – que se projetam numa atividade transversal e de aplicação plena como é a gestão de informação, já não se precisa de transferir, por exemplo, para a Ética da Informação uma agenda de investigação empírica como se depreende do programa delineado por Capurro, porque ela é cumprida primeiramente no plano científico.

À Ciência da Informação cabe trabalhar com conceitos operatórios claros e o mais elementar de todos é, sem dúvida, o de informação:

conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda Magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada (Silva, 2006, p.25).

Definição extensível a um fenómeno humano e social do qual se extraem seis características ou propriedades universais:

integração dinâmica - o ato informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da ação;

estruturação pela ação (humana e social) – o ato individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação;

pregnância - enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo, ou seja, da ação fundadora e modeladora da informação;

quantificação - a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou

mensurável quantitativamente;

reprodutividade - a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização;

transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável (Silva, 2006, p.25).

A ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais: origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação (Silva, 2006, p.140-141). Possui tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve produtos e serviços. Atinge, assim, resultados que constituem uma vasta e preciosa matéria prima de reflexão nomeadamente Ética. E desta forma o dialogo consubstancia-se imprescindível: as questões do uso interno, não partilhado da memória organizacional, merecem uma extensa ponderação ética; assim como o binômio segredo-comunicação, ou seja, em que condições e circunstâncias é legítimável o segredo e em que condições e circunstâncias o processo info-comunicacional pode tornar-se perigoso e ameaçador para o Bem Comum; e como se pode tornar aceitável o controle da mediação tecnológica, sendo que quaisquer restrições ao uso e acesso a dispositivos e plataformas digitais se coinstituí como ameaça à plena liberdade e responsabilidade individual.... Três breves apontamentos de uma agenda extensa que ilustra o diálogo natural e estratégico entre a Ética e a Ciência da Informação – dialogo, que significa explicitamente estreita complementaridade.

Toda ciência é uma atividade social determinada por condições históricas e socioeconômicas. Desta forma a sociedade da informação necessita de uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos de sua construção, comunicação e uso. Hoje, o objeto da ciência da informação não é mais o mesmo da biblioteconomia e de suas veneráveis disciplinas coirmãs. Não é mais a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas é a informação que apresenta foco (Le COADIC, 1996). O seu escopo é a informação numa infinita pluralidade de contextos e a sua missão convoca a presença indispensável da Ética da Informação, ajudando a balizar reflexivamente os resultados entre o vade mecum global consignando na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e os “códigos de ética ou deontológicos” profissionais, como o Código dos Profissionais da Informação, que em vários pontos não se harmonizam, parecendo até opor-se profundamente.

4 DO DIÁLOGO À PRÁTICA PEDAGÓGICA: DESENHO DE UMA EXPERIÊNCIA CURRICULAR

O corolário lógico do que vem sendo exposto não poderia afastar-se muito do ponto onde desembocamos. Se for imprescindível no espaço filosófico da Ética uma reflexão voltada para as crescentes e variadas implicações desencadeadas pela Era da Informação com a vertigem do desenvolvimento tecnológico a que estamos a assistir pelo Mundo todo e se é, também, óbvia a relação estreita entre Ética e Ciência da Informação, só podemos concluir pela necessidade de reservar nos programas de formação graduada, em nível mundial, a

presença de uma unidade curricular em que os alunos sejam estimulados e treinados a refletir eticamente sobre o Tempo Atual. Sobre esta posição não parece haver margem de discordância, mas diante do muito que se pode e deve ainda fazer, há inércia e faltam iniciativas ousadas e consistentes que importa implementar com urgência.

É este, aliás, o momento da partilha de uma iniciativa que envolve duas graduações em Universidades de países diferentes, situados em continentes distantes. De um lado temos a Licenciatura em Ciência da Informação, criada no ano letivo de 2001-2, como iniciativa conjunta das Faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto, de início moldada em oito semestres, sendo o último consagrado a um estágio que assegurou a empregabilidade de um número significativo dos estudantes finalista, depois, em 2007, reduzida para seis semestres por força de aplicação da Reforma de Bolonha imposta ao Espaço Europeu do Ensino Superior e, finalmente, revista, há pouco, sem alteração da duração, mas com retorno à introdução do estágio (limitado a dois meses numa Unidade Curricular designada Projeto) e presença, como optativa ou opcional, entre outras da Ética da Informação. Do outro lado está a graduação em Biblioteconomia e Documentação do Departamento de Informação Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O curso de Biblioteconomia foi criado em 1966 e seu objetivo inicial era formar profissional capaz de planejar, implantar e administrar bibliotecas e centros de informação. Com a revolução imposta pela Era Digital foram instituídas novas lógicas e demandas por competências profissionais.

Como proposta pedagógica deste projeto de pesquisa em colaboração internacional com a FLUP esta o desenvolvimento de plano de estudos “Ético da Informação” que poderá ser implementado como disciplina optativa e disponível a toda comunidade USP, ou oferecida atividade de Cultura e Extensão. Na webpage da Licenciatura em Ciência da Informação, nas optativas de 2º ano, pode clicar-se e entrar na ficha da unidade curricular Ética da Informação – (https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=375565), a seguir reproduzida:

ÉTICA DA INFORMAÇÃO

ÁREA CIENTÍFICA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO FLUP

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA ECA/SP

Curso: Licenciatura em Ciência da Informação – FLUP

Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação – ECA/USP

DOCENTES: PROF. DR. ARMANDO MANUEL BARREIROS DA SILVA – FLUP

PROF. DR. FRANCISCO CARLOS PALETTA – ECA/USP

CARGA HORÁRIA:

TEÓRICO-PRÁTICA: 4 HORAS/AULA / 6 ECTS

FREQUÊNCIA EM AULAS: 56

ESTUDO AUTÔNOMO: 66

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO/PESQUISA: 40

TOTAL: 162

OBJETIVOS:

Ajudar os estudantes a compreender as bases éticas do processo infocomunicacional para que:

- saibam distinguir entre Ética da Informação e deontologia dos profissionais da informação (havendo relações entre estes dois níveis, representam dimensões específicas e distintas).

- adquiram, como competência operatória, a consciência de que a produção, a seleção, o armazenamento da informação e a sua difusão através da comunicação se desenrolam implicando interessantes e profundas relações com a Ética.

- ser capazes de ter uma opinião fundamentada sobre a Ética da Informação, de distinguir Ética de Deontologia Profissional e de explicar em que medida a Ética se relaciona com os diversos procedimentos e atividades do processo info-comunicacional.

RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E COMPETÊNCIAS:

Pretende-se que os estudantes descubram a importância da Ética da Informação no processo infocomunicacional, distingam Ética de Deontologia e perspectivem a temática em foco no presente e no futuro da Era da Informação. Os tópicos 1 e 2 do programa concorrem para o primeiro objetivo; o tópico 3 para o segundo objetivo e os tópicos 4 e 5 para o último objetivo.

ÉTICA DA INFORMAÇÃO

ÁREA CIENTÍFICA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA:

1. A Ética como ramo da Filosofia e distinção face à Moral e à Deontologia
2. A Era da Informação desafia a Ética
3. Ética da Informação: origem e princípios
4. Ética da Informação e Deontologia do Profissional da Informação: distinção e pontos de contacto
5. Informação e Comunicação: do estatuto de direito às limitações do dever

MÉTODOS DE ENSINO E ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM:

As aulas serão baseadas no método expositivo, com a formulação de perguntas para serem debatidas com os estudantes e com recurso a alguns textos que eles deverão ler e discutir. A avaliação consistirá num trabalho escrito e num exame final baseado na análise de questão formulada a partir de texto(s) selecionado(s).

BIBLIOGRAFIA:

Araújo, Luís de; [Sob o signo da ética](#). ISBN: 972-8594-09-7

Bonhoeffer, Dietrich; [Éthique](#)

Comissão de Ética para os Profissionais da Informação em Portugal ; Código de ética para os profissionais da informação em Portugal, 2000

Habermas, Jurgen; A Ética do discurso, Edições 70, 2014. ISBN: 978-972-44-1582-6

Kant, Immanuel, 1724-1804; [Fundamentação da metafísica dos costumes](#). ISBN: 972-0-41077-9

Kolakowski, Leszek; Ética (In Enciclopédia Eunaudi, vol. 37 – Conceito Filosofia/Filosofias. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. ISBN 972-27-0869-4. P. 300-339.)

Moore, Adam D. , ed; Information Ethics: privacy, property and power, University of Washington Press, 2005

Renaud, Michel 340; [Ética, crise e sociedade](#). ISBN: 978-989-8139-90-0

Rosas, João Carlos; Merrill, Roberto, Org.; Ética, tecnologia e democracia, Edições Humus, 2010. ISBN: 978-989-8139-70-2

Savater, Fernando; [Ética para um jovem](#). ISBN: 972-23-1657-5

Silva, Armando Malheiro da; A Pesquisa e suas aplicações em Ciência da Informação: implicações éticas (In Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações. E-book do I Simpósio Brasileiro de Ética da Informação, João Pessoa, 18 a 19 de março de 2010. Gustavo Henrique de Araújo Freire (org.) Org. Gustavo Henrique de Araújo Freire. João Pessoa: I)

Tasset, José L.; La Ética y las pasiones, Universidad de La Coruña Servicio de Publicaciones, 1999. ISBN: 84-95322-05-6

COMPONENTES DE AVALIAÇÃO:

Designação	Peso (%)
Exame	70,00
Trabalho escrito	30,00
Total:	100,00

A classificação final (CF) é calculada da seguinte forma: $CF = \text{Trabalho} \times 0,3 + \text{Exame Final} \times 0,7$

Temos, aqui, apenas uma base de trabalho que está a ser sujeita a uma adaptação para algo inovador e que ajuda, por exemplo, a concretizar de forma pedagógica real a internacionalização da missão educativa tanto da Universidade de São Paulo, como da Universidade do Porto. O que se pretende levar à prática e é objeto do desenho curricular, aqui apresentado, consiste em oferecer a mesma unidade curricular em dois programas diferentes: licenciatura e bacharelado, por dois docentes distintos, mas que passam a cooperar e a poder ter intervenções cruzadas e planejadas para o efeito. Giza-se, deste modo, um cenário educativo que permite um crescendo de procedimentos Didático que se esperam benéficos proveitosos para as duas comunidades educativas. A criação de um grupo no Moodle que possa ser freqüentado pela população discente das duas turmas, freqüentando a mesma disciplina, consiste numa das estratégias Possíveis a adotar dentro da experiência que tem condições para ser implementada e desenvolver-se como esperado.

A criação e oferta conjunta, FLUP e ECA_USP, da temática Ética da Informação, seja como disciplina optativa seja como atividade de Cultura e Extensão, oferecida a toda comunidade USP, caracteriza atividade inovadora e com impacto positivo nas iniciativas de internacionalização da Universidade bem como na formação de nossos alunos com práticas pedagógicas com abrangência multidisciplinar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda ciência é uma atividade social determinada por condições históricas e socioeconômicas. Desta forma a sociedade da informação necessita de uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos de sua construção, comunicação e uso. Hoje, o objeto da ciência da informação não é mais o mesmo da biblioteconomia e de suas veneráveis disciplinas coirmãs. Não é mais a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas é a informação que apresenta foco (Le COADIC, 1996).

Nesse cenário de transformações reais, cresce a responsabilidade social dos profissionais da informação, tanto como produtores de conhecimento no campo científico quanto como facilitadores na comunicação da informação para usuários que dela necessitem, na sociedade, independentemente dos espaços sociais onde vivem e dos papéis que desempenham no sistema produtivo (FREIRE, 2010).

A construção de uma Internet mais inteligente caminha na direção de produzir uma revolução no universo digital da organização da informação e do conhecimento. Com o uso de novas tecnologias é imperativo o uso das Tecnologias da Informação e das Comunicações em tornar os processos de busca de informação e a geração de novo conhecimento mais ágeis. É neste ponto que surge um novo usuário da informação com novas demandas por recursos computacionais e novas capacidades em produzir novos conhecimentos (CASTELLS, 2005).

Segundo Ribeiro (2010), no quadro do novo paradigma emergente, que apelidamos de pós-custodial, científico e informacional e perante estas novas lógicas de mediação e este novo tipo de mediadores, qual o papel do profissional formado em Ciência da Informação na construção da sociedade em rede? Será que continua confinado ao domínio de umas quantas especificidades técnicas e normativas, aplicadas à organização e representação da informação, com a finalidade de proporcionar o acesso? Onde cabe o seu anterior papel de guardião da memória informacional, como fator de identidade de um povo? Onde reside a sua função mediadora e a que âmbito se circunscreve?

O novo paradigma da Ciência da Informação, em consolidação, pressupõe que o estudo da informação não se confine à prática empírica, composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação, mas assume o imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes.

A consolidação da Ciência da Informação como área científica com fundamentos teórico-metodológicos sólidos e consistentes é, a nosso ver, garantia de que os graduados neste campo do saber estarão preparados para enfrentar os novos desafios da sociedade em rede e estarão à altura de estudar e compreender o fenômeno info-comunicacional em toda a sua complexidade. E é neste cenário que se destaca a Ética da Informação, foco central deste trabalho.

Em 2010 realizou-se, na Paraíba, o I Simpósio de Ética da Informação e em 2016, no âmbito do 13º CONTECSI e II TOI, realização da Faculdade de Economia e Administração em colaboração com a Escola de Comunicações e Artes – USP, o II Simpósio Internacional de Ética da Informação, duas iniciativas que abrem espaço a uma multiplicação de efeitos em prol do aprofundamento e divulgação sólida da Ética da Informação no Brasil e além-fronteiras.

A partilha de uma mesma disciplina de nível de graduação em Universidades diferentes, mas cooperantes entre si, constitui um passo relevante para a objetivação desse desiderato e pode ser seguida com atenção por pesquisadores e acadêmicos de outras instituições conscientes da necessidade de se oferecer aos estudantes do campo da Ciência da Informação, Informação/Documentação, competências de reflexão crítica sobre os enormes e múltiplos desafios éticos da Era da Informação em que estamos imersos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. A. ; BEZERRA, M. A. A. A ética no contexto epistemológico da ciência da informação. In: BORGES, M. M. ; CASADO, E. S. **A ciência da informação criadora de conhecimento**. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. p. 225-234.
- BENTHAM, J. **Déontologie on science de la morale: ouvrage posthume**. Paris : Charpentier, 1834.
- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, 1968. Disponível em: <http://www.josesales.com.br/arquivos/BORKO%20Harold%20-%20Ci%C3%Aancia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em: 12 jun. 2016.
- BRUYNE, P. ; HERMAN, J. ; SCHOUTHEETE, M. **Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique**. França : Presses Universitaires de France, 1974.
- BUCKINGHAM, Will. **O Livro da Filosofia**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013. 352 p.
- BUCKLAND, M. K. **Information and information systems**. New York: Pergamon, 1991
- CAPURRO, R. ; BIELBY, J. **International Center for Information Ethics (ICIE) and International Review of Information Ethics (IRIE)**. Alemanha : ICIE/IRIE, 1999. Disponível em: <http://www.i-r-i-e.net> . Acesso em: 16 jun. 2016.
- CAPURRO, R. Desafíos teóricos y prácticos de la Ética intercultural de la Unformación.
- CARTA da Transdisciplinaridade. Adotada no Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade - Convento de Arrábida, Portugal, 2-6 novembro, 1994. Disponível em: [http://cettrans.com.br/wp-content/uploads/2014/09/CARTA-DA-RANSDISCIPLINARIDADE1 .pdf](http://cettrans.com.br/wp-content/uploads/2014/09/CARTA-DA-RANSDISCIPLINARIDADE1.pdf) Acesso em: 14 jun. 2016.
- CARTA Internacional dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adoptada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html> . Acesso em: 16 jun. 2016.
- CASTELLS, M. ; CARDOSO, G. **The network society: from knowledge to policy**. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2005.
- CASTRO, A. (Coord.). **O curso de licenciatura em ciência da informação na Universidade do Porto: dez anos de actividade pedagógica e científica**. Porto: FLUP/FEUP, 2011.
- CIRNE, M. T. ; FERREIRA, S. M. A ética para os profissionais da informação audiovisual: o dever tecnológico a moldar uma atitude. **Cadernos BAD**, n.1, p.84-91,2002. Disponível em:
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.
- CODIGO de Ética para os Profissionais da Informação em Portugal. Lisboa: BAD, INCITE e APDIS, 2000. Disponível em: http://www.iscteul.pt/Libraries/PDFs_SID/codigoetica.sflb.ashx. Acesso em: 13 jun. 2016.
- CORTINA, A. **Ética mínima: introdução à filosofia prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DEONTOLOGIA. In: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Deontologia>. Acesso em: 13 jun. 2016.

DINIZ, D. ; TERRA, A. **Plágio: palavras escondidas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

ETHOS. In: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ethos> . Acesso em: 13 jun. 2016.

FREIRE, I. Reflexões sobre uma ética da informação na sociedade em rede. **Ponto De Acesso**,v.4, n.3, p.113-133, 2010. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4518/3567>. Acesso em: 12 jun. 2016.

HANKINSON, J. **O Especialista Instantâneo em Filosofia**. Lisboa: Gradiva, 1996.

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/881/880>. Acesso em : 12 jun. 2016.

In: Simpósio de ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações, 1, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ideia, 2010. 1 CD-ROM.

KOLAKOWSKI, L. Ética: conceito, filosofia/filosofias. In: **Enciclopedia Einaudi**, v. 37, p.300-339, 1997.

MORAL. In: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Moral> . Acesso em: 13 jun. 2016.

RIBEIRO, F. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 1, n. 20, p.63-70, 2010. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/39370/2/fribeirodamediacao000112989.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SILVA, A. M. da . **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico**. Porto: Edições Afrontamento/CETAC, 2006.

SILVA, A. M. da ; RIBEIRO , F. **Das «ciências» Documentais a ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. 1 ed. Porto : Edições Afrontamento, 2002.

STOCK, W. G. ; STOCK M. **Handbook of Information Science**. Alemanha: De Gruyter, 2015.